

Cultura e Patrimônio na Praia de Naufragados (SC): conflitos ambientais e conhecimentos tradicionais

LEONARDO SAPUCAIA¹; FLÁVIA MARIA SILVA RIETH²

¹ Universidade Federal de Pelotas – leof.sapucaia@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – riethuf@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho reflete minha experiência enquanto bolsista PBIP-AE/UFPEl no projeto do Inventário Nacional de Referências Culturais: Lida Campeira no Alto Camaquã/RS (INRC Lida Campeira), e o quanto os aprendizados obtidos ao longo do período de vigência da bolsa (08/2020 - 07/2021) deram-me subsídios teóricos e práticos para relacionar algumas discussões com meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Antropologia Social e Cultural, em processo de desenvolvimento. As discussões elencadas aqui compreendem a área da Antropologia, com ênfase em Patrimônio Cultural, conflitos ambientais e populações tradicionais.

O Inventário Nacional de Referências Culturais ¹ trata-se de uma metodologia desenvolvida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cujo objetivo é identificar, documentar e produzir conhecimento sobre bens culturais representativos para determinados grupo social. Por meio da etnografia, o INRC Lida Campeira busca identificar e documentar o modo de vida e as lidas campeiras, sobretudo, na região de Bagé e do Alto Camaquã, com objetivo de registro enquanto Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro.

De acordo com RODRIGUES; LIMA; RIETH (2020), a partir da solicitação das comunidades, a equipe do INRC “passou a dialogar com coletivos que acompanham os projetos de megamineração no Rio Grande do Sul e na área do inventário”. Dessa maneira, a interlocução com moradores e moradoras do Alto Camaquã que se posicionam contrariamente à mineração, com argumentos voltados, especialmente, à centralidade do Rio Camaquã nos modos de vida de pecuaristas familiares e quilombolas da região, deram-me aporte técnico, prático e teórico para refletir sobre a situação da comunidade da Praia de Naufragados, em Florianópolis (SC), e iniciar uma pesquisa etnográfica junto aos moradores e moradoras do local. Cabe pontuar que conflitos ambientais envolvendo populações tradicionais têm, cada vez mais, ocupado espaço nos debates antropológicos (DE LA CADENA, 2018), uma vez que o Estado busca flexibilizar a legislação de proteção ambiental, o que reflete nos povos e comunidades com os quais, historicamente, a Antropologia dialoga e pesquisa. Assim, a pesquisa do Inventário reflete questões socioculturais amplas, naquilo que diz respeito às políticas públicas e a relação com o ambiente.

A Praia de Naufragados está localizada, no bairro Caieira da Barra do Sul, litoral sul de Florianópolis. Atualmente, a Praia de Naufragados abriga uma colônia de pescadores e posseiros, que se instalaram, principalmente, no século 20, tendo, aproximadamente, 30 famílias, que desempenham diferentes atividades econômicas ligadas ao ambiente, sobretudo, relacionadas à pesca artesanal e ao turismo comunitário. Em novembro de 1975, o Governo de Santa Catarina criou o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST), com objetivo de proteger a biodiversidade e os mananciais hídricos existentes no território. Desta maneira, a

¹ Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>. Acesso em: 06 de ago. 2021.

Unidade de Conservação (UC) passou a ser o maior remanescente de Mata Atlântica sob proteção integral do Estado, tornando proibida a presença humana com a finalidade de habitar dentro dos limites do território.

Em 1977, os limites do PEST foram redefinidos e o território da Praia de Naufragados passou a fazer parte da Unidade de Conservação. A partir da década de 1990 iniciou-se o processo de desapropriação dos(as) moradores(as) da Praia de Naufragados, sob ordem judicial do Governo Estadual de Santa Catarina. Neste contexto, os(as) moradores(as) da Praia de Naufragados juntaram-se à Associação dos Moradores da Praia de Naufragados (AMOPRAN), criada em 1986, na qual passaram a se informar e articular estratégias para continuarem vivendo e desempenhando suas atividades cotidianas na praia.

2. METODOLOGIA

A minha inserção em campo está fundamentada no fazer etnográfico proposto por MALINOWSKI (1986), enquanto forma de produção de conhecimento clássica na Antropologia. A iniciação ao campo ocorreu em dezembro de 2019, após minha primeira visita à Praia de Naufragados. Naquela ocasião conheci alguns moradores da praia que relataram o conflito que atinge à comunidade e, dessa maneira, passei a retornar mais vezes ao local. Nas visitas seguintes, em fevereiro de 2020, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas visando conhecer os(as) moradores(as), suas histórias de vida e suas ocupações.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou pandemia mundial pelo novo Coronavírus Sars-Cov-2. Optei, então, por interromper a pesquisa presencial. Já no fim de 2020, na condição de bolsista do INRC e com algumas experiências obtidas através dos encontros online, das discussões levantadas pela equipe e pelas entrevistas realizadas com os interlocutoras e interlocutores do grupo, optei por dar continuidade à pesquisa na Praia de Naufragados e utilizá-la para o meu Trabalho de Conclusão de Curso. Passei a realizar o levantamento bibliográfico e neste contexto fiz a leitura de outros trabalhos realizados na Praia de Naufragados, como, por exemplo, as dissertações de mestrado de REIS (2011) e de MORARI (2010), que ajudaram a aprofundar os dados obtido em meu trabalho de campo. Além do levantamento bibliográfico, foi realizado o levantamento de documentações referente a legislação acerca do PEST, que me levaram a compreender a situação legal em que a Unidade de Conservação e os moradores se encontram.

Em fevereiro de 2021, retornei à Praia de Naufragados, com aviso prévio e cumprindo as recomendações da OMS de prevenção ao vírus². Na ocasião, realizei duas entrevistas semi-estruturadas. Nesse sentido, busquei indicações de pessoas que pudessem ter facilidade com tecnologia de internet para continuar a pesquisa à distância, da mesma maneira com a qual a equipe do INRC vinha trabalhando com seus interlocutores para o levantamento de dados. Na ocasião, consegui indicação de um nativo da Praia de Naufragados, que havia sido presidente da AMOPRAN durante alguns anos. Cabe ressaltar que, no que diz respeito ao INRC, as entrevistas online têm se mostrado uma maneira mais prática de obter acesso a determinados detentores e detentoras da lida campeira, principalmente de quilombos e outras localidades mais distantes de Pelotas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

² Disponível em: <https://sbpt.org.br/portal/covid-19-oms/>. Acesso em: 02 jul. 2021.

No momento em que o território da Praia de Naufragados foi anexado ao PEST, havia famílias que viviam no local há muitos anos, trabalhando e vivendo a partir de atividades relacionadas ao ambiente. Após a praia ter sido anexada ao PEST, essas pessoas passaram a sofrer uma série de restrições, que implicaram em seus modos de vida e, dessa maneira, tiveram que adotar novos meios econômicos para permanecerem no local. Este fato caracteriza-se como uma das consequências daquilo que DIEGUES (1996) compreende como “o mito moderno da natureza intocada”. Segundo o autor, a criação de parques e reservas biológicas teve início nos Estados Unidos, no século 19, com a finalidade de proteger a riqueza natural e estética dessas áreas, ignorando e proibindo qualquer tipo de habitação, afirmando, assim, a ideia de vazio humano nestes locais. Quando tais políticas foram colocadas em prática em outros países, como o Brasil, desencadeou uma série de problemas, principalmente, no que diz respeito aos povos tradicionais que viviam e/ou obtinham recursos provenientes desses espaços naturais.

Além disso, essas políticas de preservação tendem a compreender o mundo natural enquanto um mecanismo com vida própria, no qual o desenvolvimento funciona automaticamente, a partir da negação da presença humana. Este fato fica claro quando notamos que em todas as áreas sobre proteção ambiental é permitido que pesquisas científicas sejam desenvolvidas, com o intuito de propor meios para a conservação ecológica, enquanto, por outro lado, o conhecimento histórico e tradicional das populações que habitam esses locais são ignorados e tidos como insuficientes para a preservação. Desse modo, dificilmente os conhecimentos tradicionais e suas técnicas de manejo são vistos como adequados para a administração dos recursos naturais. Este papel, quem acaba fazendo são os administradores dessas áreas, seus colaboradores e cientistas, que acabam definindo a maneira como os espaços devem ser conservados, geralmente, sem a participação das comunidades.

Este fato nos faz refletir sobre a importância de fazer pesquisa e construir conhecimento em conjunto com a comunidade, para identificar suas demandas, compreender os pontos de vista sobre o conflito e valorizar seus conhecimentos construídos historicamente na prática. Nesse sentido, os(as) moradores(as) da Praia de Naufragados, conforme os interlocutores, tentaram, diversas vezes, apresentar aos órgãos competentes um plano de manejo condizente com as demandas do PEST, entretanto, apesar das tentativas, nenhuma obteve êxito. Dessa maneira, a comunidade vem buscando maneiras de articular o conhecimento tradicional da pesca da tainha, que ocorre, geralmente, no período de abril a julho, o turismo local, com a venda de bebidas e artigos para acampamento, aluguel de cadeiras e guarda-sóis, espaço para camping, serviço de embarcação, entre outras atividades desempenhadas por alguns moradores e moradoras, e meios de preservação ao ambiente, com a limpeza da praia e o transporte de lixo para a cidade, o uso de energia renovável com painel solar fotovoltaico, fossa ecológica, captação de água através de nascentes do morro, próximo às casas e a implementação de placas para a preservação do ambiente, ao longo da trilha e espalhadas pela praia, entre outras iniciativas.

Essa discussão está de acordo com o que ESCOBAR (2016) caracteriza como desenho autônomo, enquanto projeto de vida dos moradores articulado com o projeto político de organização da comunidade, que se dá através de lutas ontológicas em defesa dos territórios e dos mundos-vidas relacionais de comunidades, que visa viver para além da lógica do Estado, a partir de outras maneiras de ser, saber e fazer. Dessa maneira, os moradores e moradoras da Praia

de Naufragados, a partir da AMOPRAN, continuam buscando estratégias para que seus modos de vida sejam reconhecidos e que seus esforços possam ser levados em consideração para a criação de um plano de manejo que assegure a permanência da comunidade na praia, tendo em vista a importância de todos os entes que habitam o local, como a floresta, as montanhas, as pedras, além de outros, mas especialmente o mar e o rio, para reprodução de seus saberes e fazeres.

4. CONCLUSÕES

Posto a experiência que obtive a partir da bolsa de iniciação científica PBIP-AE/UFPEL, e a seguinte aplicação dos aprendizados em minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia, aponto a importância da Universidade em projetos de pesquisa, como o do INRC Lida Campeira, no que diz respeito a identificação, documentação e produção de conhecimento junto às comunidades, a partir da escuta das demandas, compreendendo suas perspectiva e reconhecendo os modos de vida enquanto patrimônio, que deve ser reconhecido, valorizado, preservado, documentado e salvaguardado.

Além disso, reflito, também, sobre a importância de novas tecnologias metodológicas decorrentes do isolamento social imposto pela pandemia, e como essas ferramentas nos possibilitam entrar em contato com pessoas que vivem em localidades distantes e de difícil acesso, abrindo, desta maneira, outras possibilidades de se produzir conhecimento. Inclusive, têm sido desta maneira que a equipe do INRC Lida Campeira vêm mantendo contato com seus interlocutores e atendendo, na medida do possível, os pedidos das comunidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.69, p. 95-117, 2018.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB, 6ª edição, 2008.
- ESCOBAR, Arturo. El diseño autónomo, la política de la relacionalidad y lo comunal. In: **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal**. Popayán, Colombia: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.
- RODRIGUES, Vagner Barreto; LIMA, Daniel Vaz; RIETH, Flávia Maria Silva. “O rio é como o sangue da gente”. **Mineração e ambiente nos campos do Alto Camaquã. Tekoporá**, v.2, n.2, p.27-40, 2020.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação**. In: Durham, Eunice Ribeiro. **Malinowski: antropologia**. São Paulo: Ática, p. 25-48, 1986.
- MORARI, Delma Cristiane. **A Paisagem da Praia dos Naufragados da Barra do Sul, Florianópolis, SC Segundo a Percepção dos Moradores: uma abordagem etnográfica**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
- REIS, Georgia Maria Puluceno dos. **De naufragos a excluídos: (des)caminhos da preservação ambiental na Praia de Naufragados**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.